



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ANNA RAQUEL ANDRADE GONZAGA

**NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO E IMPACTOS PARA A PRECARIZAÇÃO
DO TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS: AS REFLEXÕES DA
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO**

**CAMPINA GRANDE – PB
2022**

ANNA RAQUEL ANDRADE GONZAGA

**NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO E IMPACTOS PARA A PRECARIZAÇÃO
DO TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS: AS REFLEXÕES DA
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Trabalho.

Orientador: Profa. Dra. Moema Amélia Serpa Lopes de Souza.

**CAMPINA GRANDE – PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G642n Gonzaga, Anna Raquel Andrade.

Nova morfologia do trabalho e impactos para a precarização do trabalho dos/as Assistentes Sociais: as reflexões da produção de conhecimento [manuscrito] : as reflexões da produção de conhecimento / Anna Raquel Andrade Gonzaga. - 2022.

33 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Moema Amélia Serpa Lopes de Souza, Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Nova morfologia do trabalho. 2. Precarização do trabalho. 3. Serviço Social. 4. Assistente social. I. Título

21. ed. CDD 361.3

ANNA RAQUEL ANDRADE GONZAGA

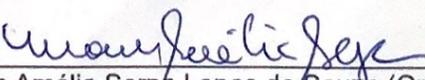
NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO E IMPACTOS PARA A PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS: AS REFLEXÕES DA PRODUÇÃO
DE CONHECIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

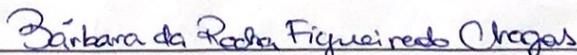
Área de concentração: Trabalho.

Aprovada em: 15/12/22.

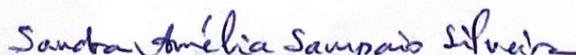
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Moema Amélia Serpa Lopes de Souza (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Sandra Amélia Sampaio Silveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha família, que verdadeiramente se
alegra com as minhas conquistas.
“Percebe e entende que os melhores
amigos são aqueles que estarão em casa
esperando por ti...”.

“Não te rendas, ainda há tempo
de alcançar e começar de novo,
aceitar tua sombra
enterrar os teus medos,
largar o lastro,
retomar o voo.

Não te rendas que a vida é isso,
continuar a viagem,
perseguir os teus sonhos,
destravar o tempo,
arrumar os escombros,
e destapar o céu.

Não te rendas, por favor, não cedas,
ainda que o frio queime,
ainda que o medo morda,
ainda que o sol se esconda,
e se cale o vento:
ainda há fogo em tua alma
ainda há vida nos teus sonhos.

Porque a vida é tua, e teu é também o desejo,
porque o quiseste e eu te amo,
porque existe o vinho e o amor,
porque não existem feridas que o tempo não cure.

Abrir as portas,
tirar os ferrolhos,
abandonar as muralhas que te protegem
viver a vida e aceitar o desafio,
recuperar o riso,
ensaiar um canto,
baixar a guarda e estender as mãos,
abrir as asas
e tentar de novo
celebrar a vida e relançar-se no infinito.

Não te rendas, por favor, não cedas:
mesmo que o frio queime,
mesmo que o medo morda,
mesmo que o sol se ponha e se cale o vento,
ainda há fogo na tua alma,
ainda existe vida nos teus sonhos.
Porque cada dia é um novo início,
porque esta é a hora e o melhor momento.
Porque não estás só, porque eu te amo.”

Mario Benedetti
“Não te rendas”

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E IMPACTOS PARA O MUNDO DO TRABALHO	14
3 SERVIÇO SOCIAL E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	20
4 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL: as tendências reveladas pela produção de conhecimento do serviço social.	23
5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS	29
REFERÊNCIAS.....	30

NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO E IMPACTOS PARA A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS: AS REFLEXÕES DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

NEW WORK MORPHOLOGY AND IMPACTS FOR THE PRECARIOUS WORK OF SOCIAL WORKERS: REFLECTIONS ON KNOWLEDGE PRODUCTION

Anna Raquel Andrade Gonzaga*

RESUMO

As atuais transformações no mundo do trabalho têm impactado frontalmente as condições de trabalho dos/as trabalhadores/as brasileiros/as frente ao aumento exponencial da precarização do trabalho concomitante ao desmonte do sistema de proteção social. A configuração do mercado de trabalho dos/das assistentes sociais tem como elemento determinante as tendências atuais de gestão da força de trabalho, seja no âmbito público ou privado. As exigências de racionalização da força de trabalho para atender aos interesses do atual modelo da produção capitalista vêm fortalecendo a flexibilização do mercado de trabalho, que se reflete também no âmbito da profissão. Ao compreender o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e, portanto, parte da classe trabalhadora; bem como inserida na viabilização de direitos para esta classe, se faz particularmente relevante aprofundar a análise dos impactos das atuais configurações do mercado de trabalho para as condições de trabalho destes/as profissionais. Assim, o presente artigo tem como objetivo evidenciar, a partir da produção bibliográfica do Serviço Social, os impactos da nova morfologia do trabalho para as condições de trabalho de assistentes sociais buscando dar visibilidade às tendências da precarização do trabalho no Serviço Social. Para tanto, recorrendo como método ao materialismo histórico dialético, utilizamos como metodologia uma pesquisa bibliográfica e documental de estudos científicos sobre trabalho profissional do/a assistente social realizados no Estado da Paraíba, também fundamentados na teoria social crítica, que referenciam as configurações atuais do mercado de trabalho profissional, frente ao processo de contrarreforma e retirada de direitos. Para indicar as tendências deste mercado de trabalho profissional, consideramos a análise de aspectos como: jornada de trabalho, requisições indevidas, pluriemprego, salário, tipos de vínculo, qualificação profissional, aumento das demandas nas instituições, precarização das condições objetivas de trabalho, desmobilização coletiva e processo de adoecimento profissional. Os resultados obtidos indicaram que a nova morfologia do trabalho vem impactando as condições de trabalho de assistentes sociais considerando as particularidades que o mercado de trabalho vem assumindo frente ao intenso aprofundamento da precarização do trabalho profissional do/a assistente social, resultado de um processo de regressão de direitos sociais, em especial os direitos trabalhistas. Cenário este agravado pela pandemia da COVID-19. Assim, verifica-se que o mercado profissional enfrenta as tendências da nova gestão do trabalho, em uma realidade de avanço e agravamento da precarização, com fortes implicações para a vida desses/as trabalhadores/as.

* Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB);
anna.gonzaga@aluno.uepb.edu.br

Palavras-chave: Nova Morfologia do Trabalho. Precarização do Trabalho. Serviço Social. Assistente Social.

ABSTRACT

Current transformations in the world of work have had a direct impact on the working conditions of Brazilian workers in view of the exponential increase in job insecurity concomitant with the dismantling of the social protection system. The configuration of the labor market for social workers has as a determining element the current trends in workforce management, whether in the public or private sphere. The demands for rationalizing the workforce to meet the interests of the current model of capitalist production have been strengthening the flexibility of the labor market, which is also reflected in the scope of the profession. By understanding Social Work as a profession inserted in the socio-technical division of labor and, therefore, part of the working class; as well as being inserted in the viability of rights for this class, it is particularly relevant to deepen the analysis of the impacts of the current configurations of the labor market on the working conditions of these professionals. Thus, this article aims to show, from the bibliographical production of Social Work, the impacts of the new morphology of work on the working conditions of social workers, seeking to give visibility to the trends of precarious work in Social Work. To do so, resorting to dialectical historical materialism as a method, we used as a methodology a bibliographical and documentary research of scientific studies on the professional work of the social worker carried out in the State of Paraíba, also based on the critical social theory, which refer to the current configurations of the market of professional work, facing the process of counter-reform and withdrawal of rights. To indicate trends in this professional labor market, we considered the analysis of aspects such as: working hours, undue requisitions, multiple jobs, salary, types of employment, professional qualification, increased demands on institutions, precariousness of objective working conditions, collective demobilization and professional illness process. The results obtained indicated that the new morphology of work has been impacting the working conditions of social workers, considering the particularities that the labor market has been assuming in the face of the intense deepening of the precariousness of the professional work of the social worker, the result of a regression process of social rights, especially labor rights. This scenario is aggravated by the COVID-19 pandemic. Thus, it appears that the professional market faces the trends of the new work management, in a reality of advancement and worsening of precariousness, with strong implications for the lives of these workers.

Keywords: New Morphology of Work. Precariousness of Work. Social Service. Social Worker.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o mundo do trabalho tem passado por uma reestruturação produtiva permanente, que se apresenta como uma das principais estratégias do capital para enfrentamento de sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002). No Brasil, o aumento exponencial da exploração do/a trabalhador/a, a precarização estrutural do trabalho e o rebaixamento das suas condições de trabalho e vida, tem gerado significativos efeitos após a implementação do neoliberalismo e desmonte do sistema de proteção social.

Como sinalizado por Antunes (2015), desse cenário são derivadas inúmeras consequências para a classe-que-vive-do-trabalho, entre elas, podemos destacar o rebaixamento das suas condições de vida, seja pela ampliação do desemprego estrutural, seja pela precarização generalizada das condições de trabalho e salariais dos/as que vendem sua força de trabalho. O autor chama a atenção para o fato de que vivenciamos acentuada desregulamentação, flexibilização e terceirização, bem como a “intensificação levada ao limite das formas de exploração do trabalho, presentes e em expansão no novo proletariado, no subproletariado industrial e de serviços” (ANTUNES, 2015, p. 232). Tais fenômenos, dentre outros, possuem dimensão global e configuram as características do mundo do trabalho na era da acumulação flexível.

Não obstante, o cotidiano profissional do/a assistente social vem sendo perpassado pelo aumento expressivo da precarização das suas relações e condições de trabalho no contexto de retirada de direitos. Sendo esta categoria profissional constituída sobretudo de servidores/as públicos/as, a precarização do trabalho os atinge não diretamente por meio da reestruturação produtiva, mas através da reforma gerencial do Estado neoliberal, que incorpora as mesmas diretrizes do gerenciamento da força de trabalho no mercado de trabalho capitalista (RAICHELIS, 2018).

Nas palavras de Raichelis (2018), constatam-se novas formas de gestão do trabalho no Estado brasileiro, representando o “espelho” da reestruturação produtiva do capital no setor produtivo empresarial, ao passo em que propõe adequar a razão pública à lógica privada, impondo uma mercadorização da instituição pública. Entendemos, portanto, que

Assistentes sociais subcontratadas/os e terceirizadas/os experimentam, assim como os demais trabalhadores assalariados, a precarização do trabalho não protegido, a insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento decorrentes do trabalho, ou seja, a precarização do trabalho e da vida (RAICHELIS, 2018, p. 52).

Diante disso, ao compreender o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e, portanto, parte da classe trabalhadora; bem como atuando no processo de reprodução das relações de classe e da sua dinâmica contraditória, se faz particularmente relevante aprofundar a análise das influências da dinâmica mais geral do mundo do trabalho para as condições de trabalho do/a assistente social.

Concordamos com Guerra (2010) ao compreender que tal processo de degradação das condições de trabalho dos/as assistentes sociais tem desencadeado um intensivo desgaste físico e mental e, conseqüentemente, o

aparecimento de doenças profissionais em face à urgência em dar respostas e à pressão a qual estão submetidos esses profissionais.

Ademais, implica em um mercado de trabalho profissional que enfrenta os efeitos da nova gestão do trabalho marcada pela precarização do trabalho e retirada de direitos, evidenciados nos baixos salários, nos contratos precários, na descontinuidade do trabalho profissional e na sua fragmentação, mas que afeta a objetividade da sua atuação no âmbito das políticas sociais também precarizadas.

Diante desta análise, o presente artigo tem como objetivo evidenciar, a partir da produção bibliográfica do Serviço Social, os impactos da nova morfologia do trabalho para as condições de trabalho de assistentes sociais buscando dar visibilidade às tendências da precarização do trabalho no Serviço Social. Para tanto, situamo-nos na perspectiva que recorre ao materialismo histórico dialético, método de análise que objetiva ir além da aparência imediata, visando alcançar a essência do objeto, de modo a capturar sua estrutura e dinâmica através de procedimentos analíticos, constituindo “a reprodução ideal do movimento do real” (NETTO, 2009, p. 7).

Assim, fundamentado na teoria social crítica, o percurso metodológico utilizado no presente estudo se deu através de consulta em estudos científicos com enfoque no trabalho profissional do/a assistente social realizados no Estado da Paraíba, tomando como referência os seguintes autores: Bezerra (2019), CFESS (2022), Chagas (2020), Lourenço; Goulart; Anunciação e Lacaz (2019), Serpa (2009), Serpa (2022) e Trindade (2015). Essa pesquisa teve orientação inicial os descritores trabalho e precarização, pretendendo compreender de que forma estas categorias têm sido tratadas pela categoria profissional, bem como a análise de resultados de pesquisas científicas que trataram sobre as tendências do trabalho contemporâneo e seus impactos para a precarização do trabalho dos/as assistentes sociais. Os estudos já apontam para a relação da organização contemporânea do trabalho e impactos para a precarização do trabalho do/a assistente social.

Para exposição das reflexões realizadas, inicialmente, fizemos uma análise acerca da crise estrutural do capital e impactos para o mundo do trabalho. Posteriormente, apresentamos ponderações a respeito do Serviço Social e suas condições contemporâneas de trabalho. Em seguida, realizamos uma reflexão acerca dos resultados obtidos no levantamento bibliográfico a respeito da precarização do trabalho profissional. Por fim, apresentamos nossas considerações finais, seguidas das referências que subsidiaram na fundamentação para a construção do trabalho.

Pensamos que este debate integra o campo de preocupações do Serviço Social enquanto área de conhecimento, pois permite centralizar a categoria trabalho e articulá-la às tendências contemporâneas das condições de trabalho frente à crise do capital, tornando a profissão objeto de seu próprio estudo, necessidade latente na produção de conhecimento da área.

Assim, evidencia-se a pertinência desta investigação por envolver uma temática que incorpora um conjunto de reflexões que analisam, através de uma perspectiva crítica, os impactos da organização do trabalho para as condições de trabalho dos/as assistentes sociais, assumindo relevância pela possibilidade de problematizar um debate sobre a atual ofensiva contra o trabalho, no marco das particularidades do Serviço Social.

Em síntese, este artigo busca adensar a rica produção teórica da área e do pensamento crítico acerca das atuais configurações do mundo do trabalho, podendo, ainda, trazer alguns elementos que permitem a compreensão das

mediações que particularizam a relação entre a precarização do trabalho e a degradação da vida entre assistentes sociais.

2 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E IMPACTOS PARA O MUNDO DO TRABALHO

Para realizar uma análise crítica do processo de constituição das relações sociais é necessário compreender o trabalho enquanto categoria fundante do ser social em sua dimensão ontológica, pois é através dele que o ser humano transforma a natureza ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo, se constituindo, assim, como ser social. Sobre esse aspecto, Harvey (2013) analisa que a dialética da transformação constante de si mesmo mediante a transformação do mundo, e vice-versa, é fundamental para entendermos a evolução das sociedades humanas, assim como a evolução da própria natureza. Esse processo ocorre através da capacidade teleológica que o ser social possui, isto é, idealizar e realizar, respectivamente.

Diante disso, sabendo que o trabalho impulsiona a humanidade a patamares crescentes de sociabilidade (LESSA, 2004), cabe, portanto, mencionar a concretude da evolução social e as novas faces que o trabalho passou a incorporar no decorrer da história da humanidade.

Sobre essa condição, Lessa (2004) menciona que, a cada momento da história, de modo desigual e contraditório, a humanidade consubstancia uma situação histórica própria, de modo que cada nova objetivação-externalização encontrará um ambiente social mais desenvolvido para sua efetivação, podendo, assim, gerar demandas cada vez mais socialmente elaboradas, operando, ainda, respostas cada vez mais complexas.

Diante disso, é na particularidade do modo de produção capitalista que este trabalho se torna alienado, caracterizando-se, fundamentalmente, na divisão entre classes sociais e na exploração da maioria pela minoria, lhe conferindo contradições resultantes da produção coletiva e apropriação privada de riquezas.

Vale reiterar que, neste modo de produção, em seus diferentes estágios, a força de trabalho passa a ser assalariada, tendo como base a divisão entre burguesia e proletariado. A desigualdade social proveniente deste contexto marca a divisão entre classes e os resultantes que dela se sucedem, como a fome, a pobreza e demais expressões sociais que, segundo Santos (2012), compõem a “questão social”.

É na relação de compra e venda da força de trabalho gestada no capitalismo que alguns elementos como a geração de mais-valia, lucro, reivindicações por parte da classe trabalhadora e intervenção do Estado ganham destaque. Portanto, a “questão social” compreende, por um lado, a exploração do trabalho pelo capital e, por outro, as lutas protagonizadas pelos trabalhadores organizados (SANTOS, 2012).

Iamamoto e Carvalho (2014) compreendem a “questão social” como

[...] expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção,

mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 84).

Portanto, entende-se a “questão social” sob uma perspectiva histórico-crítica, com a contradição e tensão entre capital e trabalho, donde se origina o pauperismo e todas as suas expressões (CHAGAS, 2020), tratando, notadamente, dos resultados da ampla industrialização que acompanha o nascimento do modo de produção capitalista, em sua fase concorrencial.

Não obstante, Netto e Braz (2006) afirmam que, através da extração da mais-valia, torna-se possível o lucro e a acumulação do capital, sendo esta última dependente da exploração da força de trabalho, o que resulta, concomitantemente, no aumento da riqueza social e da pobreza/pauperização.

Tendo como base tais aspectos, Coutinho (2019) aponta que o capital apresenta, em sua base, uma dinâmica negativa de empobrecimento dos/as trabalhadores/as, antagônica da riqueza social que produzem, fazendo da contradição essencial entre capital e trabalho, a base da produção e reprodução nessa sociedade.

Tais elementos são importantes para compreender que o capitalismo experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica social contemporânea. Ao considerar as particularidades da fase monopolista do capital, compreende-se que esta recoloca em patamar elevado o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração e alienação (NETTO, 2011). Nesse processo, Netto (2011) destaca, ainda, que o eixo da intervenção estatal também ganha um novo sentido nesta fase superior do capitalismo: é direcionado para garantir o superlucro dos monopólios.

Acerca do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, Lênin (1976, apud Iamamoto, 2015) menciona que o imperialismo é uma fase peculiar e superior deste modo de produção. Ele surge em continuidade e decorrência do desenvolvimento, em mais alto grau, das propriedades fundamentais do capitalismo. Algumas de suas características essenciais se transformaram na sua antítese, materializando-se em traços de transição para uma estrutura econômica e social elevada. Neste, verifica-se a substituição da livre competição, característica da produção de mercadorias em geral, pelo monopólio. Assim sendo: o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo, tendo como traços essenciais, sinteticamente:

A concentração da produção e do capital em elevado grau, criando os monopólios que passam a desempenhar um papel decisivo na vida econômica; a fusão do capital bancário com o industrial, com domínio da oligarquia financeira; a exportação de capitais (distinta da exportação de mercadorias), que passa a assumir maior relevância; a presença de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que, junto com as potências imperialistas, realizam uma repartição do mundo (IAMAMOTO, 2015, p. 102).

Diante desses elementos acerca da fase clássica do imperialismo, cabe referenciar que esta desdobra-se após a Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 40 do século XX. Este desenvolvimento ulterior da expansão monopolista é chamado por Mandel (1982) de “capitalismo tardio”. Iamamoto (2015) chama a atenção para o fato de que, no desdobramento do capitalismo contemporâneo, este mantém as características fundamentais do imperialismo destacadas por Lênin

(1976), pressupondo, com isso, a existência das leis básicas próprias da sociedade burguesa anunciadas pela teoria marxiana, entretanto, a busca por superlucro torna-se o estímulo principal do crescimento da produção. Assim, “as flutuações das taxas de lucro resultam em ondas longas com tonalidade expansiva e/ou de estagnação na tensão entre superacumulação e crise e depressão” (IAMAMOTO, 2015, p. 103).

Em síntese, Mandel (1982) considera o desenvolvimento do capitalismo em três estágios: livre concorrência; imperialismo clássico, marcado pela constituição dos monopólios; e capitalismo tardio, mostrando desdobramentos originais do modo de produção no pós-guerra.

Este último é dividido em dois momentos: onda longa expansiva que se desdobra em uma onda longa de estagnação. O destaque para este momento histórico é importante uma vez que possibilita compreender as configurações atuais do mundo do trabalho e o papel desempenhado pelo Estado na regulação do mesmo; portanto, destacam-se algumas ponderações.

Inicialmente é necessário compreender que a crise de 1929 e o fim da já citada Segunda Guerra mundial deu subsídios sócio-históricos para a emergência de um novo projeto de relações sociais e de produção, denominado Welfare State (BEHRING, 2003). Assim, durante a onda longa expansiva, apoiados no pacto keynesiano-fordista, a burguesia e o Estado passaram a assumir uma nova postura de pacto social dentro do regime de acumulação para a manutenção do poder hegemônico da burguesia.

Com isso, se consolidou, entre os anos de 1940 e 1970, a experiência do Estado de bem-estar social em resposta à pressão da luta da classe trabalhadora e tentativa de controle da expansão das ideias socialistas da União Soviética. Desse modo, durante 30 anos, sucedeu a expansão das políticas sociais e trabalho relativamente protegido, através da ampliação das atribuições do Estado em suas funções sociais. Cabe destacar que a estratégia de Estado de bem-estar social enquanto enfrentamento à crise não alcançou as economias periféricas, como é o caso do Brasil.

Antunes (2015) compreende o fordismo, junto com o taylorismo, fundamentalmente, como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo do século XX, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, controle do tempo pelo cronômetro taylorista e produção em série fordista, existência do trabalho parcelar e fragmentação de funções, entre outras dimensões que predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século.

O esgotamento desse processo ocorreu no final da década de 1960 e precipitou-se, na década seguinte, uma nova crise do capital, com fortes desdobramentos sobretudo para o trabalho. A este respeito, Antunes (2015) menciona que o Toyotismo e sua forma de organização do trabalho baseada na acumulação flexível penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, cujos desdobramentos são também agudos no que diz respeito aos direitos do trabalho, sendo estes desregulamentados e flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para a adequar-se a seu novo período.

Esta segunda fase, compreendida como uma onda longa de estagnação, provoca, para Mészáros (2011), a precarização estrutural em diversos âmbitos, através de processos de superexploração, autoexploração, desregulamentação do trabalho, crescimento exorbitante do desemprego somado à destruição dos recursos naturais, produzindo desdobramentos nefastos e irreversíveis à ecologia, ao trabalhador, entre outros aspectos da realidade.

Ao refletir acerca das teses que configuram a atual crise estrutural do capital por Mészáros (2002), Antunes (2011) menciona que

Sua aguda investigação, debruçando-se ao longo de todo o século XX, o leva a constatar que o sistema de capital, por não ter limites para a sua expansão, acaba por converter-se numa processualidade incontrolável e profundamente destrutiva. Conformados pelo que se denomina, na linhagem de Marx, como mediações de segunda ordem – quando tudo passa a ser controlado pela lógica da valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humano-sociais vitais –, a produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, com a sua conseqüente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente (ANTUNES, 2011, p. 11).

Nesse sentido, Mandel (1982) aponta que as tendências do cenário exposto são para o esgotamento das capacidades civilizatórias deste modo de produção. Tais sinalizações são base para as reflexões contemporâneas acerca da sociabilidade burguesa, que vem promovendo um cenário de absoluta pauperização das condições de trabalho e vida dos/as trabalhadores/as.

Diante disso, várias mutações vêm se configurando em todas as dimensões da vida humana, uma delas - e de importância central - nas palavras de Antunes (2015), diz respeito às metamorfoses no processo de produção do capital e suas repercussões no processo de trabalho. A reestruturação produtiva e as diversas transformações no mundo do trabalho são identificadas como estratégias de enfrentamento à crise. Assim, são instauradas novas formas de exploração, que intensificam a precarização objetiva e subjetiva dos/as trabalhadores/as.

Com base nessas análises, compreende-se que a intensificação da exploração e o aumento exponencial da precarização do trabalho na cena contemporânea é uma realidade. Entretanto, é importante sinalizar, como destaca Alves (2007), que a condição de precariedade do trabalho não é um fenômeno novo, sempre esteve relacionada às formas de apropriação da força de trabalho impostas pelo modo de produção capitalista. Assim, compondo este cenário, o autor enfatiza que o processo de constituição do precário mundo do trabalho são traços do novo sóciometabolismo do capital nas condições da mundialização financeira, apresentando o recuo da ação do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social, sendo expressas nas novas formas de organização do trabalho. A precarização possui, desse modo, um significado concreto:

[...] ela atinge o núcleo organizado do mundo do trabalho que conseguiu instituir, a partir da luta política e social de classe, alguma forma de controle sobre suas condições de existência através de mediações jurídico-políticas. Ela atinge, portanto, a base social e política do movimento socialista que se constituiu no século XX. A precarização atinge os proletários sujeitos de direitos e que hoje são vítimas da “flexibilização do trabalho”, sendo usurpados pelo poder das coisas ou pelas leis de mercado (ALVES, 2007, p. 115).

Para melhor entender esse movimento, é relevante compreender que a crise capitalista mundial vem contribuindo para a deterioração da legislação que regulamenta as relações de trabalho, colaborando, assim, para o surgimento de uma nova morfologia do trabalho, de modo a repercutir nas esferas das profissões e se expressando, segundo Antunes (2015), na ampliação de contratos temporários e subcontratação, pluriemprego, polivalência, desespecialização, informalidade, entre outros.

O fortalecimento desse movimento de apropriação do trabalho encontra suas bases no neoliberalismo, um movimento ideopolítico que se alastrou em escala mundial, redefinindo novas relações entre Estado e sociedade civil; de modo que o Estado reduz sua regulação no mercado de trabalho. Para Behring e Boschetti (2011), a hegemonia neoliberal na década de 1980 nos países capitalistas centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo. Por outro lado, as medidas implementadas tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram “o aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com as políticas sociais” (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 127).

Nesta análise, os organismos financeiros multilaterais fortalecem sua atuação na perspectiva de apoiar o imperialismo e seus interesses nos países dependentes através de processos de contrarreformas, de modo a espriar o domínio da oligarquia financeira para todas as dimensões da vida social (IAMAMOTO, 2015). Nessa perspectiva, Iamamoto (2015) menciona, ainda, que o excedente de capital produzido não é direcionado para elevar o nível de vida das grandes massas populacionais dos países, mas para aumentar os lucros mediante a exportação de capitais estrangeiros aos países mais periféricos. Isto se justifica uma vez que, nestes países, o capital é mais escasso e os salários mais baixos; pressupondo, assim, a intensificação da precarização das relações e condições de trabalho, como é o caso do Brasil.

Ao elucidar a particularidade brasileira na análise acerca da crise estrutural do capital e impactos para o mundo do trabalho, há de se considerar, antes, suas particularidades no processo de constituição do mercado de trabalho, que surge carregando traços de uma sociedade escravista. Esta análise se justifica ao compreender que:

[...] a divisão sóciotécnica do trabalho no Brasil é uma divisão, também, étnico-racial do trabalho, profundamente determinada pela herança escravista do país. [...] Por outro lado, essa “herança escravista” no país é fruto da tradicional e perversa impunidade aos crimes cometidos pelo Estado, que se nega a reparar todo um gigantesco contingente populacional que foi explorado e expropriado durante séculos e, quando “liberto”, abandonado à “própria sorte” (CHAGAS, 2020, p. 39).

Para Santos (2012), a dualidade e a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro são problemas histórico-estruturais que já estavam presentes antes mesmo da crise que atingiu a economia mundial como um todo. Desse modo, é fato que a flexibilidade e a precariedade costumam aparecer ligadas à fase de acumulação flexível do capital, no entanto, no Brasil, não se pode considerá-las sem que sejam, antes, situadas como características do “fordismo à brasileira”.

Além das particularidades brasileiras do mercado de trabalho, Santos (2012) aponta, ainda, as repercussões desse contexto para o/a trabalhador/a ao mencionar sua cultura política de subserviência e naturalização da superexploração do seu trabalho por parte dos/as próprios/as trabalhadores/as recém-urbanizados/as. Cenário este que impactou o processo de organização da classe operária no momento de sua emergência.

Pode-se compreender, a partir desses elementos, que, no Brasil, a flexibilidade encontra um caminho previamente aberto, dada a herança do passado, muito embora redimensionadas por um contexto de transformações no capitalismo mundial. O entendimento dessas mediações é fundamental - embora extrapolem esta análise - para compreender traços do mercado de trabalho brasileiro. Desse modo,

[...] se a palavra de ordem da reestruturação produtiva na atualidade é a flexibilização das condições e relações de trabalho, em vista das conquistas trabalhistas relacionadas ao período fordista, há que mediatizá-la no contexto onde esse padrão não se constituiu baseado na estabilidade e, sim, na própria flexibilidade estrutural do mercado de trabalho. Pela primeira vez, e lamentavelmente, num sentido negativo, o Brasil pareceu “se adiantar” às tendências do desenvolvimento capitalista, driblando a nossa tradição “copista” [...] (SANTOS, 2012, p. 185, 186).

Assim, os sinais da crise expressos na reestruturação produtiva brasileira preservaram a histórica submissão ao grande capital, ao passo em que debilitaram as conquistas da classe trabalhadora. A sintonização aos rumos do Consenso de Washington¹ possibilitou a adoção de medidas neoliberais a partir da década de 1990. Em consequência deste momento, como exigência dos monopólios, o discurso neoliberal passou a ser intensamente implementado pelos governos brasileiros, o que impõe limites à concretização das conquistas alcançadas com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Desse modo, o Estado brasileiro, ao corporificar os ditames neoliberais, responde às novas requisições da acumulação capitalista, sendo estas visíveis nos seus mecanismos de intervenção que, empenhados nas estratégias de desregulamentação do aparato institucional, passam a atender as orientações de adaptabilidade, eficiência, produtividade e flexibilidade (BEHRING, 2003).

A modernização requerida para o aparelho estatal teve como peça chave a flexibilização da administração pública, iniciada nos anos 1990, alcançada por meio de uma adequação do aparato legal e concretizado pela edição de medidas provisórias e emendas constitucionais, que minaram o marco regulatório das relações de trabalho da Constituição Brasileira de 1988 e retrocederam conquistas trabalhistas expressas na Consolidação das Leis do Trabalho (SERPA, 2009).

Antunes (2006) aponta que Fernando Collor iniciou o desmonte do setor produtivo estatal criado por Vargas e coube a Fernando Henrique Cardoso ampliar este processo através da intensificação das privatizações no país, além de continuar a desconstrução da legislação trabalhista, desestruturando a CLT passo a passo.

¹ Receituário neoliberal dos países imperialistas aos dependentes que, em tese, apresentava um conjunto de dez regras a serem cumpridas, entre elas: redução de gastos públicos, abertura comercial, eliminação das restrições aos investimentos estrangeiros, privatização das estatais, entre outros.

A partir de 2017, a concretização das modificações na legislação trabalhista após a promulgação da Lei Federal nº 13.467/2017 agudiza a tendência contrarreformista, de modo a flexibilizar e restringir o acesso à proteção ao trabalho. Esse processo a que está submetido o mundo do trabalho desonera o capital dos custos com o trabalho e remete o/a trabalhador/a uma suposta liberdade de empregabilidade e empreendedorismo, mas que não o desvincula do trabalho assalariado, produtor de mais valor, só que agora desprovido da proteção social.

Para Souto Maior (2020), a flexibilização da legislação trabalhista

[...] representa um movimento da realidade concreta no embate de forças entre o capital e o trabalho, provocando um atraso social ao suprimir e reduzir direitos sociais até então alcançados pelos trabalhadores. O projeto ultraconservador do governo de Michel Temer agudizou várias expressões da questão social, dentre elas a flexibilização das leis trabalhistas, configurando claramente uma reação burguesa conservadora de cunho regressivo ao proletariado (SOUTO MAIOR, 2020, p. 187).

A autora menciona, ainda, que a contrarreforma trabalhista certifica intenso retrocesso social ao aproximar, de forma análoga, as atuais relações de trabalho “às vigentes na época da escravidão, como um resquício do Brasil colônia, que conta com apenas 130 anos de trabalho livre em detrimento dos 388 anos de escravatura.” (SOUTO MAIOR, 2020, p. 189).

Estes elementos são impossíveis de serem analisados, hoje, de forma dissociada do contexto de pandemia da COVID-19. Segundo Antunes (2021), a crise provocada pelo novo coronavírus, a crise econômica e a interconexão profunda que há entre elas vêm impactando profundamente a classe trabalhadora. O cenário social no país, antes do ingresso da pandemia, já contabilizava uma massa imensa de trabalhadores informais, precarizados, flexíveis e intermitentes, no entanto, para o autor, tem-se presenciado um processo de ampliação do empobrecimento e dos níveis de miséria em amplas parcelas e segmentos da classe trabalhadora, cujo cotidiano é pautado ou por uma intensa exploração do trabalho e precarização ou, o que é ainda mais brutal, pelo flagelo do desemprego, subemprego e da informalidade, fenômenos explosivos e que têm uma dimensão global.

Diante desses elementos, destaca-se, ainda, que a flexibilização atinge o trabalho assalariado não se restringindo ao operariado tradicional das indústrias de bens materiais, mas expandindo-se para o setor de serviços, que assume, no contexto de reestruturação, um papel estratégico nos processos de distribuição, circulação e consumo de mercadorias, bem como na reprodução social, a exemplo dos serviços públicos oferecidos pelo Estado.

É nesta nova configuração assumida pelo Estado que se delineia um novo patamar de relações de trabalho no Brasil e com significativas repercussões sobre o mercado de trabalho do/a assistente social, pela inserção expressiva dos profissionais nas instituições que atuam no campo das políticas sociais.

3 SERVIÇO SOCIAL E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

É dentro do processo de tensão da produção da desigualdade que marca a sociabilidade burguesa na idade dos monopólios que se configura o Serviço Social, enquanto especialização do trabalho, inserido na divisão social e técnica do trabalho

coletivo da sociedade (IAMAMOTO, 2020). O/a assistente social participa, enquanto classe trabalhadora e demandado/a pelo Estado, da dinâmica contraditória do capital ao se inserir nos mecanismos de dominação e, concomitantemente, dá respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2020).

Para Iamamoto e Carvalho (2014), uma vez que as classes sociais fundamentais só existem em relação, a intervenção profissional do/a assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo, no entanto, a ser cooptada pela classe dominante. Por outro lado, os autores afirmam que, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, estes profissionais participam dos mecanismos de dominação e exploração e dão respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora, reforçando as contradições que constituem o motor básico da história.

De acordo com Yazbek (2009), não se trata de uma dicotomia na intervenção profissional, mas do fato de que a profissão não pode eliminar esta polarização que lhe é basilar. Logo, esta relação é essencialmente contraditória, permitindo a reprodução e continuidade da sociedade de classes ao passo em que cria possibilidades de sua transformação. Borges e Matos (2021) destacam que, embora não se possa mudar o significado da atividade profissional no processo de acumulação da riqueza e exploração do trabalho, pode-se assumir um lugar na luta pela superação desta mesma ordem que originou a profissão.

Nessa perspectiva, nas últimas décadas, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional crítico que questiona suas bases tradicionais e que é fruto de um processo histórico de lutas pela construção de sua hegemonia (ABRAMIDES, 2019)². No entanto, no momento atual, diversos autores analisam que o conservadorismo vem se reatualizando e se fortalecendo por algumas determinações societárias. Com base nesta análise, Boschetti (2015) salienta que, se o enfrentamento ao conservadorismo se hegemonizou e permitiu construir o Projeto Ético-Político Profissional, não significa que ele o extirpou da profissão, tendo em vista que a mesma se constitui, desenvolve e materializa em relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador.

Incorporando e extrapolando esta análise, o desafio é, como mencionado por Iamamoto (2015), lançar os olhos para as particularidades históricas do presente para decifrar as relações entre capital fetiche e “questão social”, nos quadros da expansão imperialista e desdobramentos para o Serviço Social na cena contemporânea.

Dentre outros elementos, esta realidade vem determinando a precarização do trabalho profissional. Nesse sentido, em suma, Chagas (2020) compreende este cenário como expressão das determinações mais gerais do capital, em que, para fins didáticos, pôde-se classificar as seguintes categorias como sendo as mais frequentemente observadas como determinações da precarização do trabalho, de modo geral, e do assistente social, de modo particular:

² Consolidado na década de 1990, o Projeto Ético-político do Serviço Social – como se convencionou denominar – tem como principal expressão o Código de Ética de 1993, as Diretrizes Curriculares de 1996 e a Lei de regulamentação da profissão de 1993; tais instrumentos normativos representam a materialização do Projeto Ético-político da categoria profissional.

a) a crise contemporânea do capital, que considerando suas ondas de crescimento, no marco geral de queda das taxas de lucro, entende-se como a crise que eclodiu desde a década de 1970 e que a burguesia não foi capaz de superar; b) a reestruturação produtiva que ocorre desde essa crise, na qual, destacadamente, se observa um quadro geral de precarização do trabalho, acirrando-se a contradição entre exploradores e explorados, em que a tecnologia cumpre um papel decisivo no agravamento da precarização do trabalho; c) a contrarreforma do Estado, entendida como redução de seu papel perante as demandas sociais, articulando-se ao grande capital na busca pela retomada de suas taxas de lucro, observando-se uma nova forma de gerenciamento do Estado que se desdobra na precarização de seus serviços e, portanto, na precarização da gestão de seus recursos humanos; d) a ideologia neoliberal, que penetra todas as esferas da vida humana, desde as materiais às subjetivas, como um sustentáculo do modo de ser do capital contemporâneo em crise, que vai reformar as formas de ser e viver da humanidade nos últimos decênios (CHAGAS, 2020, p. 62).

Este processo vem atingindo os/as trabalhadores/as brasileiros/as de forma significativa. Particulariza-se, entre eles/as, os/as assistentes sociais, que desenvolvem sua atividade profissional frente à barbarização da vida em contexto de crise estrutural e do avanço acelerado do reacionarismo e do conservadorismo no Brasil (BOSCHETTI, 2017), bem como em meio a precarização das suas próprias condições de trabalho.

Para Abramides (2019), as transformações sócio-históricas refletem nas condições de trabalho e de vida da população usuária dos serviços sociais, bem como incidem nas relações de trabalho e exercício profissional do Serviço Social. A autora confirma esta análise ao reiterar que os/as assistentes sociais, partícipes do trabalho coletivo, na divisão social e técnica do trabalho, sofrem as determinações impostas pela acumulação flexível ao conjunto da classe trabalhadora, nas esferas da produção social e na reprodução social.

Dessa forma, na condição de trabalhador/a assalariado/a, este/a profissional se depara, por um lado, com o aumento da pressão na demanda por serviços por parte da população usuária mediante o aumento da pauperização e, por outro, com a falta de verbas e recursos das instituições prestadoras de serviços sociais públicos, tendo em vista o corte de direitos sociais e recursos para as políticas sociais como uma das medidas decorrentes da reforma neoliberal do Estado, ampliando a seletividade dos atendimentos e conduzindo os/as profissionais a exercerem funções técnicas e burocráticas (IAMAMOTO, 2020).

O novo modelo de gestão do trabalho, refletido nos pilares da flexibilização da legislação trabalhista, impõe uma reorganização do trabalho em todas as esferas, tendência que formaliza e regulamenta o processo de corrosão do trabalho socialmente protegido. No serviço público, historicamente área de maior inserção profissional, esta flexibilização da legislação trabalhista passa a incorporar as determinações deste contexto como parte da sua gestão da força de trabalho, submetendo os/as trabalhadores/as a degradantes condições de trabalho e de vida ao passo que restringem seus direitos trabalhistas.

Por outro lado, a realidade do mercado de trabalho se mostra extremamente polivalente, sem estabilidade, baixos salários e ainda de crescente desemprego.

Este quadro a que estão submetidos/as os/as assistentes sociais, desde a formação profissional ao mercado de trabalho, é o terreno fértil para a precarização da vida desses/as profissionais, considerando que atingir todas as esferas da vida humana, é base da dimensão ontológica do trabalho. Ameaça diretamente as condições para realização do trabalho e suas possibilidades de conexão com o projeto ético-político da profissão, do mesmo modo que deterioram as condições de vida destes/as profissionais.

Portanto, configura-se, no atual contexto, um mercado de trabalho profissional que enfrenta as implicações da pandemia da covid-19 e as tendências da nova gestão do trabalho marcada pela precarização do trabalho e retirada de direitos, evidenciados nos baixos salários, nos contrários precários, na descontinuidade do trabalho profissional e na sua fragmentação, mas que afeta a objetividade da sua atuação no âmbito das políticas sociais também precarizadas.

Nas palavras de Yamamoto, (2020), o exercício profissional do/a assistente social tem sido fonte de angústia e questionamentos sobre seu papel profissional, diante da dificuldade de criar e implementar propostas de trabalho, podendo estimular a burocratização e o vazio profissional. Ao refletir acerca dos limites da autonomia profissional, Raichelis (2018) reafirma que a dinâmica, organização, recursos e objetivos se dão para além do controle do/a assistente social, são condicionados pelos empregadores dessa força de trabalho, processo que subordina o exercício profissional às requisições institucionais, considerando a reforma gerencial do Estado neoliberal.

Desse modo, o confronto estabelecido exige a manutenção de direitos trabalhistas já garantidos constitucionalmente e, neste quadro, todos/as os/as trabalhadores têm sido diretamente atingidos. Seguindo a lógica da política macroeconômica de face neoliberal, a tendência se dá em manter a subordinação das políticas sociais, restringindo direitos sociais e expandindo o mercado. Essa condução tem uma repercussão frontal no tocante às condições de trabalho dos/as assistentes sociais e essa é a intencionalidade da nossa investigação.

4 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL: as tendências reveladas pela produção de conhecimento do Serviço Social.

Os elementos até aqui expostos demonstram as bases que possibilitam refletir os impactos das configurações atuais do mundo do trabalho para as condições de trabalho dos/as assistentes sociais. Além disso, indicam alguns apontamentos para compreender como este cenário tem impactado nas condições de vida destes/as profissionais, enquanto segmento da classe trabalhadora.

Diferentes estudos vêm sinalizando as atuais particularidades do mercado de trabalho profissional de assistentes sociais como expressão das novas tendências que o mundo do trabalho vem assumindo na cena contemporânea. Nesse sentido, em pesquisa realizada no Estado da Paraíba sobre as condições de trabalho de assistentes sociais, Chagas (2020) identifica traços que podem ser considerados um dos mais latentes da contemporaneidade: os limites cada vez menos nítidos entre o horário de trabalho e o horário fora de trabalho. Foi identificado que 78,3% dos/as profissionais disseram desenvolver atividades relacionadas ao emprego, fora do horário de trabalho. Assim, confirmamos a realidade contemporânea da classe trabalhadora, que tem seu tempo e sua vida completamente consumidos pelo trabalho, que cada vez mais ocupa todos os espaços da vida social.

Não obstante, outro dado a se considerar é que 30% dos/as assistentes sociais do universo da pesquisa realizada, não residem na mesma cidade em que trabalham. Este dado pode ser um indicativo de que, muitas vezes, os/as profissionais necessitam de locomoção intermunicipal diária para o local de trabalho, se tornando, assim, um elemento de precarização do trabalho, já que, além das horas estritamente trabalhadas na Instituição -além de fora do horário de trabalho-, contabilizam-se outras horas dedicadas ao trabalho, em seu processo de locomoção (CHAGAS, 2020).

A este respeito, Antunes (2018) indica que o fenômeno da flexibilidade é parte da essência da onda de mundialização da economia, desencadeada pela crise dos anos 1970. Portanto, compreende-se que a flexibilização do trabalho constitui uma síntese ordenadora dos múltiplos fatores que fundamentam as transformações na sociabilidade contemporânea do capitalismo. Do ponto de vista de seu impacto nas relações de trabalho, esta se expressa, dentre outros fatores, na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, fato este que pode ser percebido no cotidiano profissional, diante da sensação de que o tempo foi comprimido e clara densificação da jornada de trabalho (ANTUNES, 2018).

Ainda acerca da realidade da Paraíba, identifica-se, ainda, a permanência de lastros conservadores na profissão relacionadas às requisições impostas aos/as profissionais. Bezerra (2019) confirma esta análise ao identificar que, em 62% dos editais de concursos públicos para assistentes sociais analisados, entre os anos de 2015 e 2018, apresentam requisições indevidas, tais como: “assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional, médico e de outra natureza, para melhorar sua situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros” (*idem*, p. 20), “orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional para conseguir o seu ajustamento ao meio social” (*idem*, p. 21), “estudar e analisar as causas de desajustamento social, estabelecendo planos de ações que busquem o restabelecimento da normalidade do comportamento dos indivíduos” (*ibidem*), “prevenir ou eliminar desajustes de natureza biopsicossocial e promover a integração ou reintegração dessas pessoas à sociedade” (*ibidem*); entre outros exemplos que denotam que os/as assistentes sociais têm sido requisitados por suas instituições empregadoras para atuar de maneira esvaziada de posicionamentos críticos, tendências que referenciam a herança conservadora da profissão presente no momento de sua gênese e institucionalização.

Sustentando esta análise, Borges e Matos (2021) afirmam que requisições conservadoras fazem parte historicamente do trabalho de assistentes sociais. Isto porque

[...] Uma profissão que se funda no trato das expressões da questão social, recebe requisições diversas, sobretudo do empregador, para a individualização dos "problemas" apresentados pelos usuários, dificultando a compreensão dos problemas como expressão da desigualdade inerente à lógica e dinâmica capitalista. Responder requisições conservadoras, concordando com as mesmas, faz parte de uma determinada concepção ético-política de profissão e ao mesmo tempo, é objeto de negação de uma concepção crítica, que buscou superar esse conformismo que fez parte, explicitamente, da profissão por um largo tempo (BORGES; MATOS, 2021, p. 83).

Ademais, estudos anteriores já indicavam o pluriemprego como desdobramento do processo de precarização das condições de trabalho e vida de assistentes sociais. Trindade (2015) afirma que, em 2013, 60,86% dos/as profissionais entrevistados no Estado de Alagoas possuíam dois vínculos empregatícios e 39,13% apenas um, os/as participantes da pesquisa alegaram que o principal motivo para o segundo vínculo era a baixa remuneração.

Diante disso, ainda a respeito da baixa remuneração, em recente publicação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), ao coletar dados sobre o rendimento bruto de assistentes sociais em âmbito nacional, este destaca que, considerando o intervalo de 1 a 4 mil reais, tem-se quase 55% dos/as assistentes sociais analisados/as. No Nordeste, prevalecem os/as que recebem entre 1 a 2 mil reais e, entre seus estados, se destaca a Paraíba, com 6,40% de profissionais com rendimento até R\$ 1.000,00. Somado a isto, foi constatado que a menor presença de servidores com vínculos estatutários/as se encontra na região Nordeste, com 26,15%; além disso, no caso do vínculo por meio de prestação de serviço, destaca-se o estado da Paraíba, com 12,23% dos/as assistentes sociais analisados (CFESS, 2022).

Esta forma de achatamento da remuneração expressa importante particularidade da desregulamentação do trabalho, representando um processo de desagregação da proteção social conquistada por intermédio do trabalho, que se expressa nas relações, nos processos e na organização do trabalho (SERPA, 2009).

Além do baixo nível salarial, outras análises são importantes para esta discussão. A pesquisa realizada a partir do projeto de iniciação científica cota 2021/2022 na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), intitulada “A inserção dos/as assistentes sociais egressos/as da pós-graduação em Serviço Social/UEPB e as particularidades do mercado de trabalho profissional – período 2020-2022”, ofereceu elementos importantes para esta análise.

Segundo os dados levantados a partir da pesquisa, verificou-se a presença de inserções precarizadas, reveladas pela manutenção de vínculos temporários - acarretado, na maioria das vezes, pela ausência de concursos. Logo, analisou-se que esta inserção revela um traço de precarização, considerando que os vínculos trabalhistas predominantes são de professor/a substituto/a e de contratos temporários, prestadores de serviços e/ou cargos comissionados em programas e projetos no âmbito das políticas sociais. Essa é a realidade de mais de 50% do universo desses/as egressos/as, que compreendeu 48 assistentes sociais (SERPA, 2022).

Além disso, dos/as 48 profissionais egressos/as, que estão trabalhando, 15 estão exercendo a docência em nível superior em cursos de graduação em Serviço Social. Desses profissionais, 08 atuam também como assistentes sociais no serviço público, realizando, portanto, uma jornada de trabalho intensificada pelo duplo vínculo, a docência e o trabalho direcionado às políticas sociais.

Não obstante, esta pesquisa aponta que mais de 80% dos egressos/as concluíram a graduação entre os anos 2009 e 2018, o que permite identificar que o PPGSS vem incorporando um significativo contingente de profissionais recentemente saídos da graduação. Assim, essa busca por qualificação pode estar relacionada à possibilidade de melhor inserção no mercado de trabalho, bem como pela ausência de oportunidades de trabalho que impulse os/as recém formados/as a optarem por investir em capacitação.

Outro elemento importante analisado foi o número expressivo de egressos/as já inseridos/as no doutorado, o que contabiliza 14 com o doutorado em andamento e

1 egressa com o doutorado concluído, revelando, mais uma vez, a busca por uma maior qualificação pós-graduada.

Ao analisar a relação entre pós-graduação e trabalho, Chagas (2020) analisa que 78% dos/as profissionais entrevistados/as responderam que a pós-graduação interfere na qualidade do seu trabalho; enquanto 22% responderam não interferir. Por outro lado, 66% responderam que a pós-graduação não interferiu no valor do seu salário, enquanto 34% mencionou que houve interferência; e 66,5% responderam que a pós-graduação também não interferiu na sua inserção no mercado de trabalho, enquanto 33,5% relatou que interferiu.

Esses dados apontam que os/as profissionais avaliam como positivo o efeito da formação permanente em seu exercício profissional, o que é um elemento importante a ser destacado. No entanto, entende-se que a baixa repercussão da pós-graduação na inserção no mercado de trabalho e, especialmente, no valor dos salários, diz respeito à lógica mais geral do mercado de trabalho que submete os/as trabalhadores/as, mesmo com formação pós-graduada, à precárias condições de trabalho.

Uma pesquisa realizada por Cabral (2018)³ aponta elementos importantes para esta discussão. Os/as assistentes sociais participantes desta pesquisa mostraram, através de suas respostas, a realidade do processo de precarização das relações de trabalho, indicando o retrato social das consequências da contrarreforma e suas implicações no mundo do trabalho.

O estudo mostra que 62,5% dos/as egressos/as conseguiram se inserir no mercado de trabalho em até 6 meses após o término da graduação. Entretanto, contrastando esta informação, é possível observar, no item sobre a situação atual de trabalho, o número dos que estão atualmente desempregados, que corresponde a 40% deste universo. Realidade esta que reflete o quadro de desemprego a nível nacional, bem como a alta rotatividade e fragilidade de vínculos, características da nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2015).

Ademais, a referida pesquisa aponta, ainda, que a realidade de desemprego crescente vem a fortalecer cada vez mais a submissão desses/as profissionais às precárias condições de trabalho. Outro elemento importante a ser mencionado e que, possivelmente, confirma esta característica da fragilidade do trabalho, é a quantidade de vínculos empregatícios que os/as profissionais já tiveram após a conclusão da graduação. Cabral (2018) menciona que 72,7% dos/as assistentes sociais tiveram entre dois a cinco vínculos ou mais, enquanto 27,3% dos/as participantes possuíram/possuem apenas um vínculo, indicativo que reafirma o processo de flexibilização a que o mercado de trabalho profissional do/a assistente social está submetido.

Em pesquisa realizada entre os profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF), no município de Campina Grande/PB, Serpa (2009) chama a atenção para a intensa carga de trabalho de assistentes sociais e excessiva demanda. Esta análise reflete o processo de trabalho da equipe, que produz uma sobrecarga de trabalho advinda tanto da grande quantidade de demanda como da falta de condições de trabalho ideais para atendê-la.

A referida pesquisa aponta que há referências recorrentes dos trabalhadores da equipe, incluindo assistentes sociais, associando a precarização do trabalho ao

³ Estudo realizado entre os/as egressos/as da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) a respeito da inserção desses/as profissionais no mercado de trabalho. A pesquisa delimitou, como universo, os egressos/as que concluíram o curso de Serviço Social entre os anos de 2007 e 2017; teve o total de 58 participantes como amostra.

conjunto de condições relacionadas com a execução do processo de trabalho, às limitações impostas tanto pela forma de organização dos serviços, como também pelas condições objetivas e subjetivas de trabalho. Isto se justifica uma vez que a força de trabalho, embora inserida no campo do trabalho formal, não se encontra alheia à precarização, expressa por uma desapropriação e desvalorização como sujeito social (SERPA, 2009).

Assim, o estudo identificou que a inserção do/a assistente social neste espaço sócio-ocupacional se encontrava restrita a um quantitativo de 10 profissionais, que se dividiam em uma expansão de 80 equipes de saúde; com, em média, 550 famílias por equipe, logo, havia a média de 1 profissional para cada 10 equipes. Isso revela o elevado número de famílias atendidas por cada profissional, os/as mesmos/as mencionaram que a realidade os induz a desenvolverem as demandas mais imediatas e burocráticas postas no cotidiano profissional, em detrimento de ações planejadas (SERPA, 2009).

Considerando as condições objetivas dos espaços sócio-ocupacionais e com o objetivo de conhecer as condições e organização de trabalho dos/as assistentes sociais que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) a nível nacional, a partir de dados coletados através de questionário eletrônico no período de 2014 a 2016, Lourenço; Goulart; Anunciação e Lacaz (2019) identificam a ausência de salas destinadas ao atendimento profissional do Serviço Social para 39% dos/as respondentes. Ademais, há que se considerar também suas deficiências. Para 30% dos/as assistentes sociais, não existe privacidade para a realização da sua intervenção profissional e mais de 60% enfatizaram o ruído do ambiente de trabalho. Estas são questões que compõem o processo de precarização do trabalho, para além dos vínculos, reflexo do estrangulamento das políticas sociais, incluindo a política de saúde.

Desse modo, a referida pesquisa compreende que a realidade diária dos serviços de saúde é marcada pela consciência por parte dos/as profissionais dos inúmeros problemas de saúde vivenciados pela população empobrecida. Esse nível de consciência dos problemas de saúde e da ausência de recursos para o adequado atendimento é apreendido pelos/as assistentes sociais como desgaste, preocupação e dificuldade de se desligar dos problemas vivenciados no trabalho (LOURENÇO, 2017).

Ademais, verificou-se, ainda, que os/as profissionais convivem, sobretudo, com a rigidez hierárquica e com a centralização das informações, além da falta de reconhecimento dos/as profissionais por parte da chefia e gestão dos serviços. A isso se soma a ausência de possibilidades para se desenvolverem profissionalmente nos seus espaços de trabalho, ou seja, no geral, verificou-se a pouca perspectiva de crescimento profissional, como também se evidencia a associação entre precárias condições de trabalho, ausência de recursos e sobrecarga de trabalho.

Tal investigação assume particular importância especialmente diante da forma pela qual as transformações no mundo do trabalho vêm impactando o movimento social e político dos trabalhadores, dentre eles, o movimento sindical. Se tais mudanças são evadas de significados e consequências para a classe trabalhadora e seus movimentos sociais, sindicais e políticos nos países capitalistas avançados, também o são em países intermediários e subordinados (ANTUNES, 2015).

Esta análise introduz outro ponto relevante a ser destacado neste processo de precarização do trabalho, a fragilidade da organização coletiva. Os resultados obtidos por Serpa (2009) retrataram um momento de grande desmobilização e desagregação entre os/as trabalhadores/as da ESF, incluindo assistentes sociais,

tendência que retrata as atuais condições que se encontram a organização coletiva dos/as trabalhadores/as. Dentro dos argumentos apresentados nas entrevistas realizadas, é possível notar o sentimento de revolta e desamparo por parte da equipe, no entanto, também demonstra uma racionalidade que permite pensar o que vem determinando este processo de desmobilização. Pode-se perceber uma correlação entre o processo de desmobilização e as novas formas de gestão tanto da força de trabalho, como da organização dos serviços assumidas pelo governo municipal e, como consequência desta mobilização, o agravamento da precarização das condições de trabalho e a desestruturação dos serviços (SERPA, 2009).

Tais evidências assinaladas demonstram uma tendência também apontada em outros estudos que indicam o processo de flexibilização e precarização das condições de trabalho como definidores do processo de desregulamentação do trabalho, bem como da desestruturação da organização sindical e política dos trabalhadores.

Nessa direção, um dos aspectos mais representativos neste processo é a baixa participação política e sindical dos/as profissionais. A já mencionada pesquisa realizada por Chagas (2020) menciona este fato ao destacar que apenas 24% dos/as profissionais entrevistados/as, participam sempre ou frequentemente do movimento sindical, índices estes inferiores à média dos níveis de organização sindical da classe trabalhadora brasileira (SOUZA; ZANETTI, 2011).

Esta análise é importante ao compreender que, enquanto membro da classe trabalhadora, o/a assistente social não se encontra alheio ao processo de precarização das suas relações contratuais e trabalhistas, dificultando a organização política da categoria e com reflexo, ainda, na organização como classe trabalhadora, como destacam Souza e Zanetti (2011). Os autores mencionam, ainda, que as entidades sindicais vão deixando de ser referência de organização política para estes profissionais enfrentarem as diversas dificuldades em sua inserção no mundo do trabalho.

Outra questão que está diretamente vinculada aos aspectos explorados até aqui, são os impactos deste cenário do mercado de trabalho para as condições de vida e saúde dos/as assistentes sociais, frente à intensidade da precarização sofrida por esses/as profissionais inseridos/as no mercado de trabalho. A este respeito, Trindade (2015) afirma que a fragilidade nas condições de vida e na saúde dos/as assistentes sociais parece muito plausível neste tipo de organização do trabalho na era da acumulação flexível, indicando que o nível de precarização é, de fato, acentuado, havendo prevalência de desgaste físico e emocional decorrente do trabalho.

A esse respeito, para Antunes (2018), as manifestações de adoecimento com nexos laborais não são fenômenos novos, mas processos tão antigos quanto a submissão do trabalho às diferentes formas de exploração. No entanto, o autor reflete que, no atual estágio do capitalismo, novas formas de acidentes e adoecimentos com nexos laborais passaram a fazer parte do cotidiano do trabalho. Ao analisar os motivos deste cenário, o mesmo menciona tais mudanças ocorrerem pois,

Por um lado, ao cotidiano do mundo do trabalho incorporaram-se novas enfermidades, típicas das recentes formas de organização do trabalho e da produção. Por outro, fruto da nova divisão internacional do trabalho, disseminaram-se práticas que articulam os pressupostos da liofilização organizacional, da empresa enxuta (lean production), a

condições de baixa (ou nenhuma) proteção do trabalho (ANTUNES, 2018, p. 140).

Tais pesquisas demonstram que este cenário vem redimensionando o mercado de trabalho e incidindo sobre o exercício profissional do/a assistente social, de modo a fornecer elementos, ainda, para reafirmar que as condições de trabalho influenciam nas condições de vida desses/as profissionais. Compreende-se a precarização da vida como a deterioração de suas condições objetivas de realização, por meio da não atenção às suas necessidades básicas, que se materializam na falta de acesso aos direitos sociais, bens, serviços e equipamentos públicos, tais como o trabalho protegido, a moradia, a saúde, o transporte, a cultura, o lazer, o descanso, entre outros elementos que impactam em todas as outras dimensões do indivíduo social levando ao esgotamento, frustração, adoecimento e vazio profissional. Esta análise confirma a apreensão das mediações que marcam a relação entre “condições de trabalho” e “condições de vida”, na perspectiva da totalidade.

Este cenário expressa a intensa precarização do trabalho profissional ao passo que revela o processo de rebaixamento e empobrecimento da categoria profissional, que se insere no processo mais amplo de precarização e degradação das condições de vida dos/as trabalhadores/as (CFESS, 2022). Em síntese, concordamos com Iamamoto (2020) ao refletir que pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação, enquanto segmento da classe trabalhadora.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

O aumento da exploração do trabalho por decorrência da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002) e reestruturação produtiva é uma realidade. No Brasil, a desregulamentação do trabalho tem particularidades determinadas por uma conjugação de fatores que articulam o redimensionamento do papel do Estado e a centralização nos interesses do grande capital com a introdução das inovações tecnológicas e organizacionais. Nesse processo, “amplia-se o desemprego estrutural além da precarização e deterioração da qualidade do trabalho, dos salários e das condições em que ele é exercido [...], com impactos na materialidade e na subjetividade individual e coletiva” (RAICHELIS, 2018, p. 51).

Além disso, como destaca Serpa (2009), ainda tem grande importância as imposições dos organismos internacionais e as fraturas nos movimentos organizativos dos/as trabalhadores/as brasileiros. Como definidores deste complexo processo, estes fatores assumem particularidades frente ao padrão de desenvolvimento sócio-econômico da realidade brasileira.

Como desdobramento deste cenário e seguindo uma tendência comum à classe trabalhadora como um todo, o cotidiano profissional do/a assistente social vem sendo perpassado pelo aumento expressivo da precarização das suas relações e condições de trabalho.

Sendo esta categoria profissional constituída sobretudo de servidores/as públicos/as, a precarização do trabalho os atinge através da reforma gerencial do Estado neoliberal, que incorpora as mesmas diretrizes do gerenciamento da força de trabalho no mercado de trabalho capitalista (RAICHELIS, 2018). Assim, este cenário embasa uma profunda metamorfose no mercado de trabalho profissional, estimulando a individualização do trabalho, competição entre trabalhadores e

desmobilização coletiva (RAICHELIS; ARREGUI, 2021), bem como grandes desafios para a consolidação do Projeto Ético-político do Serviço Social.

Diante desta análise, os limites e possibilidades dos resultados apresentados neste estudo indicam as tendências gerais do mercado de trabalho profissional e as condições de trabalho a que os/as assistentes sociais estão submetidos/as. A análise exposta evidencia que a desregulamentação e flexibilização do trabalho vem atingindo todos os setores e áreas, entre elas, a de atuação do/a assistente social, uma vez que este/a se encontra inserido/a, predominantemente, no âmbito das políticas sociais da esfera pública. Os dados das pesquisas analisadas demonstram os impactos do processo contrarreformista e das concretas modificações na legislação trabalhista para o mercado de trabalho em geral e os retrocessos para o mercado de trabalho do/a assistente social.

As análises referenciadas indicam que o processo de flexibilização da legislação social do trabalho de orientação neoliberal rebate no serviço público de forma expressiva. Assim, os elementos evidenciados ao longo deste artigo apontam um importante contexto para a compreensão do Serviço Social na contemporaneidade e os desafios que lhe são postos dentro do cenário de intensa precarização e violação de direitos, bem como de acirramento das expressões da “questão social”.

Entende-se que o tema abordado assume particular importância uma vez que permite compreender o cenário posto para a profissão, considerando as importantes transformações que vêm atingindo seu mercado de trabalho e sua formação profissional, bem como limites para a concretização do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Desse modo, compreende-se que a profissão, enquanto segmento da classe trabalhadora, vive um momento desafiador que denotam na precarização das condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida. Tais tendências se encontram na dinâmica mais geral da realidade social sob a égide de uma sociabilidade que impõe à força de trabalho um contínuo processo de desregulamentação do trabalho e da vida social.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro**: ruptura com o conservadorismo. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2019.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª Ed. Londrina: Práxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses no mundo do trabalho. 16ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. O vilipêndio da COVID-19 e o imperativo de reinventar o mundo. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 111-121, jan./abr. 2021.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Prefácio.** In: MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEZERRA, Maria Clara Ezequiel. **Competências e Atribuições do assistente social em debate:** análise de editais de concursos públicos à luz do Projeto Ético-político. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Curso de Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

BORGES, Maria Elizabeth Santana; MATOS, Maurílio Castro de. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de; FREIRE, S. M. (Org.). **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo.** 1ª Ed. Minas Gerais: Navegando Publicações, 2020.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017.

_____. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

CABRAL, Ana Renalle Dias. **Serviço Social e mercado de trabalho:** a inserção profissional dos assistentes sociais egressos da Universidade Estadual da Paraíba. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Curso de Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.

CFESS. **Perfil de assistentes sociais no Brasil:** formação, condições de trabalho e exercício profissional. 2022.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. **Trabalho e formação profissional de assistentes sociais na Paraíba:** expansão, precarização, e projeto ético-político. 2020. Tese (Doutorado). Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

COUTINHO, Patrícia da Silva. **A pauperização do capital:** um estudo sobre a categoria “pauperismo” em Marx. 2019. Dissertação (Mestrado). Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

GUERRA, Yolanda. Serviço Social: Dilemas da precarização e estratégias de enfrentamento. In: COSTA, G. M.; PREDES, R.; SOUZA, R. (Orgs.). **Crise contemporânea e Serviço Social.** 1ª Ed. Maceió: Edufal, 2010, p. 85-110.

HARVEY, David. **Para entender O Capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 27ª Ed. São Paulo: Cortez, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 41ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LESSA, Sérgio. Identidade e individuação. **Katálisis**, Santa Catarina, v. 7, n. 2, p. 147-157, jul./dez. 2004.

LOURENÇO, Edvânia. Trabalho e saúde das assistentes sociais da área da saúde. **Temporalis**. Brasília (DF), v. 17, n. 34, p. 355–381, jul./dez. 2017.

LOURENÇO, Edvânia; GOULART, Patrícia; ANUNCIAÇÃO, Luis; LACAZ, Francisco Antônio de Castro. As condições de trabalho de assistentes sociais da área da saúde e repercussões psicossociais. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 154-168, jan./mar. 2019.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MÉSZÁROS, Istiván. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Para Além do Capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 1ª Ed. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 667-700.

_____. BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. Vol I. Col. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

RAICHELIS Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares.; ALBUQUERQUE, Valéria. (Org.) **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola Carbajal. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SERPA, Moema Amélia. **Relatório Final do PIBIC 2020/2022**. A inserção dos/as assistentes sociais egressos/as da pós-graduação em serviço social/uepb e as particularidades do mercado de trabalho profissional – período 2020-2022. 2022.

_____. **Trabalho em saúde**: os fios que tecem a (des)regulamentação do trabalho nos serviços públicos. 2009. Tese (Doutorado). Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SOUTO MAIOR, Nívea Maria Santos. A reforma trabalhista e a (des)construção da legislação social no Brasil. **Revista da EBET**, Paraíba, v. 19, n. 1, p. 185-203, jan./jun. 2020.

SOUSA, Charles Toniolo; ZANETTI, Moara. **Prefácio**. In: Revista “Em Foco”, n. 7, Rio de Janeiro: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 7ª REGIÃO, 2011.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Tendências do mercado de trabalho do Serviço Social: descobertas e inquietações a partir da pesquisa sobre a realidade de Alagoas (1998 a 2010). In: TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes; LINS, Maria Alcina Terto. (orgs.) **Assistente Social**: trabalhador/a assalariado/a. Fundamentos teóricos e históricos para uma análise crítica. – Maceió: EDUFAL, 2015. 190 p.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. 1ª Ed. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 125-141.

AGRADECIMENTOS

“Porque Eu, o Senhor teu Deus, te tomo pela tua mão direita; e te digo: não temas, eu te ajudo” (Is 41:13). Nos últimos meses, com o encerramento deste ciclo e início de outros, este foi o versículo que Deus pôs em meu coração em todas as vezes que temi e duvidei de mim. Ele estava comigo no processo e está agora na conclusão. Sou grata por Ele me permitir sonhar e me dar condições de realizar; além de pôr no meu caminho pessoas para viver os meus sonhos junto a mim.

Reiterando o que mencionei na dedicatória deste trabalho: “Percebe e entende que os melhores amigos são aqueles que estarão em casa esperando por ti”. Independentemente de onde estejamos, sempre teremos o nosso lar: onde está o coração; longe de ser estrutura física. Tenho um lar o qual amo e me fortaleço. Se eu pudesse escolher, não o faria tão bem. Deus cuidou disso para mim e este espaço é dedicado ao meu agradecimento.

A minha mãe, Joelma, pelas orações, incentivo, por me apoiar e me fornecer as melhores condições objetivas possíveis para que eu pudesse me dedicar aos estudos durante toda a minha vida, especialmente nos últimos cinco anos. Meu exemplo enquanto mulher, profissional, cristã. Meu pai, Amaury, que sempre me incentivou a estudar e que está longe geograficamente, mas permanece no meu coração e nas minhas orações. Minhas irmãs, Renata e Jessika, que me apoiam, me ajudam, cuidam e torcem por mim. Julinha, minha sobrinha, que, para mim, é a personificação do amor, que me emociona só em falar, que me ensina o quanto é bom viver as coisas mais simples da vida. Minha amiga Maria Clara, que representa família, sempre faz questão de mostrar que posso ir além.

Muitas outras pessoas fizeram parte dessa trajetória. Ao lembrar de cada uma delas, me recordo da seguinte frase de Isaac Newton: “Se eu vi mais longe, foi por estar de pé sobre ombros de gigantes”. Concordando com este pensamento, agradeço aos/às professores/as que passaram por mim durante a minha formação e que compartilharam comigo tantos conhecimentos: Lucas Bezerra, Patrícia Crispim, Lúcia Patriota, Anderson Nayan, Alessandra Ximenes, Mônica Barros, Socorro Pontes, Nívea Souto... Em especial, minha banca de TCC, a qual tenho um enorme carinho. Moema, pela partilha de conhecimentos e afeto durante os anos de PIBIC, discussões no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS/UEPB) e orientação deste trabalho. Sandra, por ser sempre tão atenciosa e solícita, por contribuir para tornar a minha experiência de estágio tão rica. Bárbara, uma professora que admiro desde a primeira aula. Com o passar do tempo, tive a oportunidade de ver que aquela professora tão dedicada é também uma mulher crítica, humana e atenciosa. O apoio e incentivo foi constante nos últimos meses. E na hora certa!

Conjuntamente, agradeço a todas as pessoas que pude encontrar nessa jornada, Gizelda Lima, minha supervisora de campo que contribuiu para que a minha experiência de estágio fosse tão incrível quanto foi. Uma profissional que me espelha e uma mulher que me inspira. A Niegia, pelas vivências de estágio junto a mim. Meus colegas de classe do 2017.2, turma extremamente dedicada e que desejo muito sucesso. A Mikaele, pela parceria nessa reta final e que foi essencial, só nós sabemos o quanto nos esforçamos e ver os nossos resultados tem sido muito gratificante.

Agradeço à Universidade Estadual da Paraíba pois, independente de onde o destino me encaminhar, sempre levarei comigo os bons momentos que vivi nesta instituição que é também a minha casa, onde pude construir a minha base

acadêmica. Agradeço aos trabalhadores que financiam a universidade pública, aos que a defendem e que me permitiram alcançar e vivenciar o ensino público e gratuito; espero fortalecê-lo para os que virão.

Outros ciclos se abrem, mas os que se encerram ficam sempre guardados na memória e no coração para serem revisitados quando a saudade apertar. Estou feliz por minha jornada até aqui, pelas pessoas incríveis que conheci, pelas experiências que vivenciei. Eu não teria conseguido sozinha, obrigada a todos.